

Direitos Humanos e Superlotação no Presídio Feminino de Porto Alegre

Human Rights and Overcrowding in the Women's Prison in Porto Alegre

Dani Rudnicki*

Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre-RS, Brasil

Marili Antunes Neubüser**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil

“A gente fica marcada pelo que já fez [...] as funcionárias me julgam pelo meu passado [...] mas mudei.”.

Presa da Penitenciária Feminina Madre Pelletier

1. Introdução

O sistema penitenciário tem sido alvo de críticas devido às condições desumanas impostas aos condenados. É um sistema pautado por incógnitas e mazelas, e analisá-lo requer conhecimento e experiência a respeito de um local no qual (muitas) pessoas convivem e um grupo exerce poder concedido pelo Estado. Dostoiévski se refere a ele como “casa dos mortos”, Sikes como “sociedade de cativos”, Clemmer como “comunidade prisional” e Aymard e Lhuillier como “universo penitenciário”¹.

* Doutor em Sociologia (UFRGS), professor do mestrado em Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e advogado, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: danirud@hotmail.com.

** Especialista em Segurança Pública (UFRGS), agente penitenciária, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mantunesneubuser@yahoo.com.br.

1 DOSTOIÉVSKI, s.d.; SIKES, 2007; CLEMMER, 1966; e AYMARD e LHUILIER, 1997.

A previsão normativa define que cabe a esse sistema manter o indivíduo preso, prometendo impor ordem e segurança para a comunidade. Porém, nessa função, exercida por meio da dominação de um sobre o outro, conflitos surgem, provocando estresse nas relações e disputas de poder tanto entre reclusos quanto entre estes e servidores penitenciários. Em lados antagônicos, presos e agentes penitenciários (APs) possuem “armas” para imposição de suas posições e desejos, para garantir poderes e para dominarem (e serem dominados). Esses embates, geralmente, acontecem dentro dos limites do razoável. Se o poder dos carcereiros, no passado, foi quase absoluto e se apresentava através da prática de tortura e da possibilidade de imposição desmedida de privações, hoje não.

A transformação das prisões acontece considerando-se novas realidades e costumes, e se estabelece por meio de fiscalizações e exigência do cumprimento de normas que obrigam o oferecimento de um tratamento (pretensamente) humanitário (apesar de a violência estrutural permanecer). A melhoria das prisões é uma realidade, embora se possa perceber casos de violência descontrolada. Devemos considerar que, assim como o comportamento violento está presente na maioria das pessoas que vivem nas sociedades contemporâneas, ele também está presente nos indivíduos presos, ainda mais se considerarmos que estes necessitam sobreviver em ambiente hostil, marcado por disputas por poder. Assim, muitas vezes, os presos reconhecem a linguagem da violência como a única apta a resolver conflitos.

A violência, ao atrair o interesse das pessoas, justifica o fato de o sistema prisional ser assunto de frequente discussão; em especial pela necessidade de se observar se há ou não o respeito aos direitos (humanos) devidos às pessoas privadas de liberdade. Muitas análises mostram o caos de um sistema falido e desacreditado. Desejando não recorrer novamente a autores estrangeiros, exemplificativamente, fazemos referência a Thompson e Bittencourt².

Estudos sobre o sistema penitenciário pátrio demonstram que ele nunca cumpriu a função de ressocialização, e que os políticos brasileiros apontam a superlotação como um dos principais motivos para o “fracasso” da prisão (Brasil; Rudnicki e Souza). Todavia, os maiores mestres (Rusche e Kirchheimer; Foucault) revelam que em nenhum tempo e lugar a reeducação era de fato o objetivo do sistema.³

2 THOMPSON, 1993; e BITTENCOURT, 2011.

3 BRASIL, 2008; RUDNICKI e SOUZA, 2010; RUSCHE e KIRCHHEIMER, 2004; e FOUCAULT 1991.

Neste artigo, propomos conhecer, a partir da análise da superlotação, como vivem as mulheres na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. O estudo inclui tanto as que estão obrigadas a lá viverem durante o período de cumprimento de sua pena restritiva de liberdade, quanto as APs que lá exercem sua rotina de trabalho.

Verificamos os efeitos da superlotação carcerária na rotina e funcionamento da prisão, na demanda e prestação da assistência material, no tipo de relação entre presas e na forma de convívio estabelecido entre elas e as agentes penitenciárias no ambiente prisional. Estudamos a violência intramuros, a dor na prisão, o sentimento de cada uma em relação ao tempo de pena e suas consequências na vida das detentas. Buscamos perceber se as condições desumanas de vida na prisão decorrem da existência de superlotação; saber se, havendo respeito à capacidade de detentas, o cumprimento da pena aconteceria com mais dignidade e melhor atendimento às suas necessidades materiais e psicológicas.

A princípio, um tal estudo empírico seria inviável, pois como realizá-lo? Como comparar essas situações? Encontramos a resposta no fato de, em 2011, ter sido inaugurada a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba Julieta Balestro (PEFG), na região metropolitana de Porto Alegre. Verificamos que, até esta data, havia superlotação na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), a “Casa da Barbie”, e que depois ela passou a operar dentro de sua capacidade devida (de 239 presas). Assim, tivemos a oportunidade de comparar duas realidades dentro de uma mesma casa prisional.

Consideramos dados recolhidos em 2004, que indicam que a PFMP possuía um efetivo médio de 150 presas. No ano de 2006 o efetivo alcançava 250 apenas e, em 2007, 309 mulheres. No ano seguinte, eram 386, passando, em 2009, para 488 e depois alcançar sua população máxima, em 2010, de 553 detentas.

A inauguração da PEFM marca o começo do decréscimo da população prisional da Madre. Em 2011, quando a nova prisão estava começando a ser ocupada, o número de presas diminui para 417 e, no ano seguinte, 2012, cai vertiginosamente para 276. Em 2013, alcança a marca de 248 e, no ano de 2014, o menor número desde 2006: 231 mulheres. Termina 2015 com taxa de ocupação de 237 – mostrando estabilidade na quantidade de detentas.

Como toda prisão, ela é um mundo no qual diferenças, conflitos e violências marcam o cotidiano das pessoas que ali vivem. Morada quase

que exclusiva de mulheres, recebe o apelido, entre as reclusas, de “Casa da Barbie”, em referência à boneca; elas também a chamam de “Casa Rosa”, devido à cor do prédio. Oferecem denominações mais simpáticas, em tentativa de “suavizar” suas estadias e criar um mundo no qual seja mais fácil suportar sua condição.

Para explicar a coleta de dados, cabe revelar que um dos autores, conselheiro penitenciário, orientou diversos trabalhos na Madre, além de ter lecionado para agentes penitenciárias que lá trabalham; e a outra trabalha na “Casa da Barbie” há mais de cinco anos como AP. Dados pontuais foram coletados por meio de um grupo focal realizado com cinco apenas, escolhidas por estarem cumprindo penas medias ou longas, com passagem pelas duas casas prisionais e através de questionário semiestruturado aplicado a 14 agentes penitenciários.

Para realizar tal trabalho, adota-se o modelo de uma pesquisa qualitativa. Ela recebeu aprovação da Escola Penitenciária da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) em junho de 2015 e iniciou no mês seguinte.

Presas e APs falaram sobre alimentação, conflitos, drogas, celulares, saúde, trabalho, limpeza e relações interpessoais, durante os dois períodos (quando existiu superlotação e quando ela acabou). Dessa forma, podemos apresentar um quadro bastante realista a respeito da vida na instituição.

2. Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Em 1936, irmãs da Congregação Bom Pastor do Rio de Janeiro chegam à Porto Alegre com a missão de prestar assistência social às internas do sistema penitenciário do Rio Grande do Sul. Elas ocupam locais provisórios e começam a pleitear a construção de uma penitenciária feminina. Este projeto se concretiza em 1949, com a inauguração do “Reformatório de Mulheres Criminosas”, depois chamado de “Instituto Feminino de Readaptação Social”. Em 1955, o Estado firma convênio com elas (Decreto nº 20.247) e a Casa recebe o nome de Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Quando, em 1980, a PFMP é declarada de utilidade pública, as irmãs se afastam da administração, que passa a ser do estado, através da Susepe.⁴

A estrutura física da PFMP é peculiar. Silva explica:

⁴ RIO GRANDE DO SUL, s.d.

A estrutura [...] tem características singulares decorrentes da sua construção, que embora projetada para abrigar mulheres em situação de delinquência, pelas características da Congregação do Bom Pastor acabou tornando-se um misto de reformatório, convento e casa prisional. As grades, os cadeados e toda estrutura realmente necessárias ao cárcere só foram inseridas em 1982 [...]⁵

A prisão situa-se em prédio composto por quatro níveis. No subsolo, funcionam os Protocolos de Ação Conjunta (PAC) (convênios entre o Estado e empresas para realização de atividades com uso de mão-de-obra prisional). No primeiro andar, localizam-se as salas reservadas para atividades administrativas, a Unidade Materno Infantil (creche), a sala de revistas e a cozinha. No andar acima estão as galerias B1 a B4, a Unidade de Saúde Básica e a biblioteca, bem como um PAC; no terceiro andar, as galerias C e D. Uma capela localiza-se entre os andares dois e três. Existem ainda dois pátios, o da gruta e o da creche.

Percebemos que não se trata de prédio construído para ser um presídio moderno quando observamos os corredores e escadarias estreitos e as portas com abertura para dentro das celas. Além disso, as instalações elétricas e hidráulicas são antigas e, no projeto original, as celas não possuíam sanitários e chuveiros, que foram adaptados posteriormente.

A última rebelião registrada na PFMP aconteceu em novembro de 2011 e teria sido iniciada após agentes apreenderem uma sacola com maconha e celulares que uma detenta puxava para a cela com auxílio de uma “jiboia” (corda artesanal trançada, feita com lençóis). Houve queima de colchões e, mesmo que ninguém tenha se ferido, mobilizou-se efetivo da Susepe, da Brigada Militar (inclusive bombeiros) e do Ministério Público para restabelecer a ordem.

Importa destacar que hoje são três as unidades prisionais exclusivamente destinadas às mulheres no Rio Grande do Sul. O Presídio Feminino Estadual de Torres opera desde 2010 e a citada PEFG desde 2011. Cabe ressaltar ser frequente encontrarmos presídios mistos no interior do Estado, onde se destinam às mulheres reclusas uma ou duas celas – espaços improvisados. O planejamento da PEFG a torna a primeira unidade prisional construída para o encarceramento feminino no estado, seguindo normas contemporâneas. Ela foi pensada com o objetivo de resolver o problema da superlotação da Madre Pelletier.

5 SILVA, 2013, p. 33.

Em relação à ocupação das prisões devemos esclarecer que a proposta inicial definia que na PFMP ficassem as presas provisórias (devido à necessidade de comparecer a audiências no foro de Porto Alegre), enquanto as condenadas cumpririam pena na PEFG. Porém, há um desgosto da comunidade prisional para com o distanciamento da instituição de Guaíba (o custo com o deslocamento e o acesso mais difícil motiva os familiares a não realizarem visitas, ou a fazerem com menor frequência; APs foram assaltadas enquanto aguardavam ônibus na rodovia próxima para retornar às suas residências). Assim, considerando ainda que na penitenciária localizada na capital existem vários PACs e que um dos requisitos determina que as presas vinculadas aos mesmos devam estar condenadas, mantêm-se presas com sentença transitada em julgado também em Porto Alegre.

Em decorrência da distância, apesar da estrutura física adequada ao cumprimento da pena, a PEFG nunca foi vista, na perspectiva das detentas e APs, como um lugar bom para “puxar cadeia”. Pelo contrário, ao se acrescentar a obrigatoriedade do uso de uniformes, o trabalho prisional escasso, os deslocamentos internos (para atendimentos) com as presas algemadas e escoltadas, surge o apelido de “Inferno de Guaíba”. Há desgosto com a forma de viver nessa prisão e resistência das detentas em serem transferidas para lá. As presas não desejam estar nessa moderna casa prisional.

E há mais. As presas com maiores condenações foram transferidas e cumprem pena na PEFG. Várias possuem envolvimento com o tráfico de drogas e continuam liderando grupos e facções dentro do presídio, traficando e oprimindo; por este motivo, a PEFG se tornou “a PFMP antes da PEFG existir”, conforme relato de uma presa. De acordo com outra, a PFMP agora, comparativamente aquela “[...] é uma nova cadeia, um centro de reabilitação”.

Se a violência surge como forma de manter o respeito e a ordem dentro do sistema, ela se potencializava devido à dificuldade de o Estado garantir os direitos básicos das presas. A superlotação relaciona-se diretamente com esse quadro. Criam-se aberrações, dentre as quais as mais fracas terem de seguir ordens de outras reclusas. Durante o período de superlotação, as lideranças prisionais impunham regras e a maioria das presas sofria. Como relata uma presa, “[...] obedecer funcionárias tudo bem, mas ter que obedecer presa [...] daí não [...] presa gritando contigo e te mandando era demais [...]”.

O quadro alterou-se com o fim da superlotação. Terminou o tempo no qual as galerias da “Casa da Barbie” possuíam líderes que impunham suas

normas e, em troca, ofereciam “favores” (droga e proteção) para a presa ou familiares. Antes, as decisões passavam pelo crivo da líder, como quem teria direito a uma liga laboral (trabalho), atendimentos assistenciais (psicossociais, jurídicos, médicos), etc.

Com o fim da superlotação e a modificação do perfil da presa, percebemos que a Madre muda. Podemos afirmar que era uma antes e outra depois da PEEG. A principal alteração refere ao fato de a organização das apenadas acontecer através de acordos entre elas e não mais pela imposição de uma líder. O poder de alguns, antes absoluto, se dilui entre o grupo. As agentes passam a, novamente, controlar a prisão, de forma parcial.

O controle da droga, explica uma presa, garantia o poder e, a fim de manter o vício, a prostituição era moeda de troca: “A presa [...] se prostituía para a “ala geriátrica” e gastava com a droga [...]” (presa). Em sentido contrário, quem não era usuária de droga, não tinha “proteção”, como relata outra interna: “[...] sofri por não ser usuária [...] não dava lucro pro tráfico [...]”. Podemos explicar tal situação lembrando que, após a transferência de presas para PEEG, em 2011, houve um acordo entre as que permaneceram em Porto Alegre, no sentido de que não entraria mais crack na cadeia. Quando uma novata chega na Casa da Barbie e pergunta onde pode comprar pedra, as antigas dizem que “Aqui é um centro de reabilitação, não tem pedra” (presa).

Essa, como tantas outras regras, deve ser obedecida por todas. Logo, se uma tenta traficar este tipo de droga na Casa, ela perde seu lugar nas galerias e é obrigada a permanecer em uma cela de isolamento⁶, ou solicita transferência para a PEEG. Essa organização das presas nas galerias acontece conforme ajustamento delas próprias.

Assim, hoje, a movimentação das APs dentro da prisão possui poucas restrições. As relações entre servidoras e presas tornaram-se, na medida do possível, harmoniosas. Mas uma prisão é tão complexa quanto o próprio sistema prisional e é difícil falar dela como uma unidade. Podemos perceber a organização de cada galeria da Casa da Barbie como diversa das demais, de acordo com as características de suas integrantes.

A galeria C, onde moram as cozinheiras, é limpa e tranquila. Na galeria D, antes profícua em conflitos, agora, nos finais de tarde, antes da conferência, ouvimos as presas cantarem e rezarem o pai nosso. As galerias

6 No linguajar das presidiárias, se diz que a presa foi “colocada no portão” pelas demais.

B2 e B3 são de trabalhadoras de PACs e faxina interna do presídio. Todas se mantêm disciplinadas, e escutamos com frequência: “Não quero ir pra Guaíba”. Na B1, estão as presas doentes e gestantes. As mulheres com problemas psiquiátricos também estão na Madre, pois ali existe um psiquiatra com periodicidade (o que não acontece em Guaíba) e a Casa está próxima do Instituto Psiquiátrico Forense, para o caso de necessidade de atendimento de urgência.

Apesar de existir na PEMP uma Unidade Básica de Saúde, com ginecologista, psiquiatra, infectologista e pediatra (outros atendimentos e exames são realizados fora da Casa), percebemos conflitos decorrentes do atendimento de saúde. As presas reclamam estar doentes e que a moléstia deve ser considerada grave (para justificar benefícios, como prisão domiciliar). Se o médico assim não o entender, elas reclamam que ele não as examinou corretamente, que ele pouco sabe.

Na galeria B4, na qual estão as presas isoladas, os conflitos com as servidoras são frequentes. Essas mulheres possuem pouco convívio com as demais e o isolamento causa solidão e outros transtornos (a taxa de atendimento relativo a distúrbios mentais nas apenadas dessa galeria é maior do que nas demais). Dentre essas mulheres estão as que praticaram crimes contra crianças.

Como nas prisões masculinas, as detentas estabelecem um código de valores e de conduta, e o desrespeito a este resulta em violência⁷. Trata-se de código não-escrito pautado por regras simples e punições certas. Elas são assimiladas rapidamente, pelo medo concreto de sofrer os (duros) castigos previstos (nas femininas os castigos são mais brandos, raramente aplica-se pena de morte, sendo comum o uso da expulsão da cela ou galeria ou lesões corporais leves). Dentre os crimes repreendidos pela população carcerária estão os estupros; quem pratica este tipo de crime é “condenado” a cumprir a pena de prisão isolada da massa carcerária. A “cacoetagem” tampouco é permitida e perdoada nos dois tipos de casas.

A maioria dos conflitos resulta de dificuldade nos relacionamentos interpessoais. Há brigas e insultos decorrentes de questões amorosas; o ciúme gera desavenças. O sentimento de posse sobre a outra eclode quando uma consegue “ligar-se” a um Protocolo de Ação Conjunta e sai para trabalhar e a outra permanece na galeria esperando; ou quando duas desco-

7 THOMPSON, 1993, p. 68.

brem que tiveram relacionamento com o mesmo homem, antes de serem privadas de liberdade.

Os discursos das presas mostram que o convívio entre pessoas é difícil. Elas relatam: “[...] O objetivo é outro [das presas que] vem cheirando a rua e querendo mandar na gente.”; “[...] longe da muvuca [...] meu objetivo é ir embora.”; e “[...] a convivência é diferente [...] meu sofrimento trago nas próprias costa [...] não quero confusão [...]”.

Elas, igualmente, percebem diferenças entre as “primárias” (recém-condenadas, sem passagem anterior pelo sistema prisional) e “reincidentes” (conhecedoras da vida na prisão): “[...] depois a louca sou eu [...] avisei [...] vocês tão chamando a guarda pra galeria com essa gritaria a essa hora da noite [...] mas são novinha [...] tem que aprender.”.

Conforme dados levantados nos livros de ocorrências⁸, entre os anos de 2007 e 2014 aconteceram 140 brigas (agressões físicas) e 203 desentendimentos (alterações) entre as presas da PFMP. Podemos constatar que, no período de 2007 a 2011, houve uma incidência maior de brigas (entre 8 e 31 incidências, em média 22,6 ocorrências/ano) e desentendimentos (entre 16 e 41 incidências, em média 29,6 ocorrências/ano). No período de 2012 a 2014, estes incidentes diminuíram consideravelmente (as brigas resumiram-se a 16 em 2012, seis em 2013 e cinco em 2014; os desentendimentos não ultrapassaram 25 casos em 2012, 13 em 2013 e 17 em 2014).

Na PEFMG, no período de 2012 a 2014, a incidência de conflitos é, comparada à PFMP, pequena. São, entre as apenadas, consecutivamente, 8, 3 e 6 brigas, bem como 11, 10 e 15 desentendimentos. Isso se explica pelo isolamento maior. Na Madre, elas ficam em galerias e, em Guaíba, em celas, entre duas ou quatro mulheres. Assim, na Madre os conflitos acontecem em todos locais e em Guaíba, em regra, no pátio.

Além de todas estas questões, as mulheres presas possuem um maior envolvimento familiar do que os homens presos⁹; verificamos isso nas suas conversas¹⁰. No cotidiano e em datas festivas (Dia das Mães, Dia das Crianças, Natal, Ano Novo), quando a presa possui filho e o familiar não pode

8 Na portaria de toda casa prisional existe um caderno que recebe este nome. Nele são anotadas situações que acontecem no cotidiano.

9 BORSA e NUNES, 2011; CÚNICO, 2015.

10 BORSA e NUNES, 2011; CÚNICO, 2015.

fazer com que eles se encontrem, o sentimento de abandono causa fragilização. A saudade e a falta de assistência material implicam em sofrimento emocional e a necessidade de antidepressivos para suportar o aumento da “dor da cadeia”.

Logo, se antes, devido à superlotação e ao perfil das presas, a invisibilidade pautava as relações entre elas e as APs, se elas não se conheciam (Rudnicki percebe esse mesmo fenômeno no Presídio Central), se as APs não ingressavam nas galerias (a conferência era realizada do portão) e as revista estruturais raras, a situação mudou¹¹. As APs controlam agora a Casa, considerando o limite do possível em uma instituição penitenciária.

Coyle refere que gestão firme e legítima é fundamental, e que “[...] se os servidores não estiverem no controle do estabelecimento prisional, o vácuo resultante será preenchido por presos de índole forte.”¹². A mudança acontecida parece ter permitido a superação dessa situação indesejada. Uma presa relata: “[...] elas apanhavam porque tavam devendo pedra e as funcionárias nem viam [...]” e “[...] hoje as funcionárias identificam só pela voz quem tá brigando [...]”.

3. Relações

Coyle lembra que o senso comum pensa em uma instituição penitenciária como um prédio cercado por um muro e esquece que nele vivem e trabalham pessoas. E complementa:

[...] Na realidade, o aspecto mais importante de uma prisão é sua dimensão humana, uma vez que as prisões são instituições essencialmente voltadas para pessoas. Os dois grupos de pessoas mais importantes em uma prisão são os presos e os servidores penitenciários que cuidam deles. O segredo para uma prisão bem administrada é a natureza da relação entre esses dois grupos¹³.

Mas isso não é simples. O convívio voluntário entre pessoas não é fácil, quanto mais o forçado. E devemos considerar que a doutrina aponta que a prisão infantiliza o ser humano, reduz sua autodeterminação e empobrece

11 RUDNICKI, 2012.

12 COYLE, 2004, p. 87.

13 COYLE, 2004, p. 21.

e envilece ao fazer desaparecer qualquer sentimento de posse e de auto respeito, dificultando ainda mais o estabelecimento e manutenção de relações¹⁴.

No que tange à infantilização, percebemos a necessidade da pessoa privada de liberdade de receber uma maior atenção. Verificamos tal fato quando uma presa usa esmalte para simular sangue no rosto e as demais chamam as agentes penitenciárias, dizendo que ela está ferida. Também nos gritos de socorro, durante a madrugada, alegando existência de fogo na galeria (quando as APs chegam, dizem tê-lo apagado, percebendo todos a não existência de fumaça ou odor de material queimado). Fatos como estes geram agressões verbais e, no período da superlotação, este caráter infantil estava potencializado nas atitudes das presas, irritando sobremaneira as agentes.

Junto dela há a redução da autodeterminação, e conseqüente aumento da dependência de APs e de técnicos superiores penitenciários para resolver problemas (familiares, de saúde, judiciais) que, quando em liberdade, elas solucionavam. Assim, o pedido de atendimentos psicossocial e jurídico possui uma grande demanda e, muitas vezes, como não é possível que aconteça no momento desejado, as presas entram em conflito com quem está mais próximo: as agentes.

Insultos entre presas e agentes penitenciárias também acontecem quando há desrespeito às normas disciplinares. Desentendimentos resultantes de uma resposta áspera de uma AP são mais frequentes do que brigas entre integrantes dos grupos. Nestas situações, tão somente acontece advertência verbal da presa e se registra uma ocorrência em livro próprio. Caso o tumulto se amplie, instaura-se procedimento administrativo disciplinar (PAD).

Apesar disso, o número de desentendimentos entre presas e agentes penitenciárias na PFMP é baixo, raramente acontecendo mais de um ao mês. Entre os anos pesquisados (2007 e 2014), foram verificados 83 (em 2007, 8; 2008, 11; 2009, 15; 2010, 16; 2011, 12; 2012, 6; 2013, 7; 2014, 8). Na PEFG, entretanto, os desentendimentos (65) demonstram uma média superior, de quase duas ocorrências por mês (2012, 23; 2013, 27; 2014, 15).

Percebemos que houve uma redução nos conflitos com o surgimento da PEFG. Demonstra-se a importância da existência da nova prisão, por permitir que em ambas não haja superlotação. Ressaltamos que, na segun-

14 FEAUX, 1991, p. 673; FRAGOSO, 1980, p. 763; THOMPSON, 1993, p. 58; e PIMENTEL, 1979, p. 76.

da, o número de alterações relatadas é muito superior à da antiga (embora a população prisional seja equiparada). Podemos levantar hipóteses, como a de que quem deseja permanecer em Porto Alegre precisa se comportar e quem está em Guaíba não se importa em receber advertências, pois o castigo maior, afastamento da capital, já aconteceu.

Em decorrência disso, surge uma diferença entre as mulheres que cumprem pena na PFMP e na PEEG – na primeira, as presas são mais ordeiras, querem cumprir sua pena e retornar aos seus lares e, na segunda, elas se revoltam contra a punição imposta e reclamam do tratamento (mais) rígido que recebem.

A superlotação causa estresse também nos servidores. O trabalho do AP é, por natureza, difícil: obrigar pessoas a permanecerem onde não desejam. Acrescidas de características pátrias desta atividade: carga de trabalho exacerbada, remuneração aquém do razoável e ambiente hostil. Assim, segundo as APs, a relação com as presas, durante o período de superlotação, ficava muito restrita porque as circunstâncias as desumanizavam.

Os servidores se sentiam impotentes diante das demandas e da falta de condições, além da inoperância das direções em contribuir para a melhora do quadro. Naquele tempo, e no posterior, o gerenciamento dos conflitos, na maioria das vezes, acontecia e acontece, pelo diálogo dos servidores com as apenadas, requerendo experiência e negociação dos APs. Com a superlotação carcerária, o desempenho se tornava menos eficaz.

A união dos servidores é apontada como um ponto forte, sendo uma maneira de agregar forças e superar as dificuldades presentes no sistema prisional. Segundo parecer das servidoras penitenciárias, muitos tumultos ocorriam durante o período da superlotação, sendo as ações encontradas para resolvê-los nem sempre adequadas, pois não havia espaço e tempo para discuti-las. Todavia, houve a aproximação dos servidores, fortalecendo o coleguismo e a colaboração nas tarefas para a manutenção de uma rotina mais tranquila.

No período em que havia superlotação, com o número reduzido de servidores, não existia possibilidade de atendimento a todas as demandas. O trabalho era cansativo, desgastante e estressante. A invisibilidade de resultados positivos e o risco frequente tornava instável a rotina no trabalho, que acontecia de maneira automática, sem tempo para reflexão sobre as ações executadas. Atualmente, verificamos um atendimento mais humanizado, com melhorias nas condições de trabalho, resultando em maior

eficácia e tranquilidade no desempenho das atribuições. Contudo, a continuidade na carência de servidores ainda resulta em dificuldades e impede melhores resultados.

Na época da superlotação, o setor técnico adotou o trabalho em grupo como meio de desempenhar suas funções com as presas, devido à falta de estrutura e à excessiva demanda de atendimentos. Apesar de a falta de estrutura física permanecer um problema para esse setor e o número de técnicos ter diminuído pela necessidade de atender duas casas na região metropolitana, hoje as consultas acontecem de forma individualizada.

Os motivos dos conflitos entre os próprios servidores, na época da superlotação, eram a sensação de insegurança tanto na execução das atribuições quanto no ambiente de trabalho. Essa insegurança era aumentada pelo estresse e pelos conflitos. Além disso, a falta de normativas para gerenciar as crises gera incertezas sobre as práticas a adotar; a apresentação de propostas de condutas divergentes sobre determinado assunto acirra as tensões entre os APs, pois há pressão para realizar tarefas com eficiência. Atualmente, os conflitos entre servidores persistem, mas em número reduzido; os principais motivos são a existência de ideias diversas sobre o mesmo assunto, sobre como resolvê-lo.

Durante o período da superlotação, apenas a esperança de dias melhores era a motivação para o trabalho. Não havia entusiasmo para se deslocar em direção a um lugar insalubre, barulhento, realizar atividades que pareciam inúteis, sem finalidade, e com o risco e a tensão como constante companhia. Restava “o amor pela profissão” e a perspectiva de um futuro sistema prisional, com menos problemas.

No período da superlotação, o desânimo era frequente, porque as mudanças eram lentas e poucas. O “amor pelo trabalho” e o sentimento de estar sendo forte ofereciam sensação de prazer no trabalho. Hoje, o retrato é diverso. A maior parte das APs não se percebe ameaçada: das 14 entrevistadas, 11 (79%) disseram que raramente tem medo, duas (14%) nunca e apenas uma (7%) relatou assim se sentir com muita frequência.

Verificamos que, enquanto Penitenciária feminina, a Madre oferece sensação de menos periculosidade do que uma masculina. Um AP masculino, com experiência de mais de 10 anos no sistema prisional gaúcho, em diversas casas, nos relatou que se soubesse do serviço tão tranquilo no Madre, teria pedido para vir antes (sua atuação como destacado, por ser do sexo masculino, acontece apenas na área externa e comum da prisão). Ele

agrega nunca ter falado tanto com “clientes” do sistema quanto no período em que esteve integrado ao grupo do Madre.

Aymard e Lhuillier, referindo-se ao contexto francês, afirmam que enquanto os APs masculinos reclamam da periculosidade de seu trabalho, uma AP feminina diz que cozinha, pratica jardinagem, costura, pinta com as presas, e não se refere a perigo¹⁵.

Junto com o fim da superlotação, surge essa (aparente) tranquilidade em uma sociedade pautada pela máxima sanção (perda da liberdade), por relações que acontecem pautadas por sentimentos extremos. Os servidores revelam que as dificuldades persistem, mas há maior consciência da importância social de seu trabalho. Nos últimos anos, percebemos maior investimento na capacitação dos servidores (cursos pela Susepe e parceria com universidades para especializações), assim como mais satisfação no trabalho. Para muitas, o “amor pela profissão” voltou.

4. Superlotação

A fim de demonstrar os efeitos do excesso de presas na Casa, entendemos, com Tavares dos Santos, “esta complexidade de relações que se estabelece no âmbito prisional” e avaliamos o impacto que esta causa na demanda de necessidades materiais (saúde, alimentação, estudo e outras asseguradas pela legislação brasileira)¹⁶. Precisamos considerar que “Não é a solidão que perturba os indivíduos na comunidade carcerária, mas sim, a vida em massa”.¹⁷ Assim, quais as consequências da superlotação na vida de quem está na prisão? Quais as consequências nos seus direitos (humanos)?

A superlotação, quando existente, surge como a primeira e maior reclamação da massa carcerária¹⁸. Além disso, ela potencializa as demais questões que problematizam a vida na prisão. O caos torna-se maior em unidades superlotadas. APs e presas não se conhecem e não se relacionam, apesar de compartilhar espaços próximos¹⁹.

15 AYMARD e LHUILIER, 1997, p. 111.

16 TAVARES DOS SANTOS, 2002, p. 362.

17 THOMPSON, 1993, p. 23.

18 RUDNICKI, 2011, p. 534.

19 Na PFMP, conforme a visão de uma apenada: “Nós éramos presas fantasmas [...] quando acontecia uma coisa com alguma guria as funcionárias diziam: - Mas nem conheço esta presa!”. Outra apenada fala que

Conforme a visão de uma AP, há dois fatores relevantes em relação à superlotação. Um se refere aos espaços na Casa da Barbie, limitados devido à sua arquitetura. Há impedimento para o controle visual completo. Quando o número de presas era superior à capacidade, isso influenciava no desenvolvimento do seu trabalho, redundando em insegurança em virtude do intenso trânsito de presas. O segundo fator relaciona-se à confusão de gentes e coisas:

[...] Em situação de superlotação não se consegue ‘conhecer’ as detentas, o que dificulta intervenções mais individuais. E, mesmo dentro das galerias, os comportamentos violentos eram muito frequentes e ficava difícil identificar situações de agressões e controlar atitudes ilícitas pelo excesso de pessoas, de pertences, de ruídos.

Outra AP lembra que a galeria E alojava, em média, 120 presas, possuindo capacidade para 60. Declara: “[...] celas com dois beliches moravam seis presas, tínhamos dificuldade para manter ordem e disciplina com elas.”. Agora, nas celas onde havia 10 presas estão duas, obedecendo à capacidade devida. “Conseguimos mais facilmente identificar quem são e como atuam as lideranças das galerias. Podendo controlar mais as coisas, temos uma sensação de maior segurança para desenvolver o trabalho”.

Apesar disso, as APs alertam para os corredores estarem pouco iluminados e as presas manterem quantidade que consideram muito grande de roupas e objetos, maior do que na época da superlotação, o que dificulta a visualização e a realização de revistas. Não se trata, conforme elas, de implicância, mas de segurança.

Por fim, como relatado, os banheiros foram adaptados e hoje atendem à demanda e não há confusão. Durante o período de superlotação, o horário de fechamento das galerias era estendido para permitir a todas o uso dos (poucos) chuveiros. Resolvida essa questão, permanece o fato de os ralos estarem sempre entupidos com cabelos, pedaços de colchões e absorventes.

hoje é diverso: “Estes dias mesmo uma funcionária me perguntou na hora da conferência se eu tava bem, porque minha cara não tava boa”. O relato de uma terceira diz que as APs não entravam nas galerias para realizar a conferência: “[...] era do portão”. E outra acrescenta: “Eu respondia conferência com o cachimbo [para uso de crack] na mão [...] só acenava com a outra”.

5. Drogas e celulares

A entrada de objetos ilícitos nas penitenciárias acontece pelas visitas, através de arremessos pelos muros ou com uso de “jiboias”; há, ainda, o ingresso por meio de APs, de operadores jurídicos e de outras pessoas. A superlotação contribui para um menor controle e há maior disseminação das drogas e celulares. Porém, mesmo quando não há superlotação, a existência destes itens no sistema penitenciário é uma realidade de difícil controle.

Moraes cita um agente penitenciário que aponta quatro elementos necessários para “segurar a prisão” (alimentação, assistência jurídica, saúde e visita)²⁰. Acreditamos ser necessário acrescentar um quinto: as drogas. Assim, não se estranha uma certa condescendência com a existência das substâncias consideradas ilícitas dentro das instituições penitenciárias. Elas acalmam a massa carcerária.

Todavia, refletir sobre o seu ingresso obriga considerar várias questões. Na PEFG, há pouco inaugurada, de construção moderna e longe da cidade, há uma cerca como primeira barreira externa de contenção, impedindo os arremessos de objetos para próximo das celas. Já na PFMP, existem partes dos muros muito próximas da rua e de espaços privados, possibilitando os arremessos (posteriormente estes objetos são “pescados” pelas presas com “varas” artesanais feitas com cabos de vassoura, fio de nylon ou tecido trançado e com gancho na ponta ou buscados por presas que trabalham em setores que permitem acesso ao pátio externo – as chamadas “mulas”, que guardam as drogas e as distribuem).

A corrupção dos servidores penitenciários, ou de outras pessoas que ingressam nas penitenciárias, também é maneira de entrada de drogas e celulares. Este fato compreende um processo de fragilização na segurança e é repudiado pela maioria dos servidores; a minoria capaz de praticar este delito percebe-se desprezada (os colegas lembram sempre do risco de permitirem o ingresso de armamento).

No período de superlotação da PFMP, dois servidores foram investigados e presos (uma enfermeira e um AP administrativo) cometendo este delito; outros foram apontados como autores, porém, não houve comprovação. Policiais que atuam na prisão (vigilância externa), bem como ope-

20 MORAES, 2005, p. 251.

radores jurídicos e fornecedores de materiais contratados pelo estado também não podem ser descartados da lista das pessoas que podem facilitar a entrada de objetos ilícitos.

No cotidiano, o ritmo de trabalho é muito intenso e as revistas estruturais se tornam mais escassas e menos eficientes devido à quantidade de material no interior das celas. Na visão de uma AP:

A luta para controlar a quantidade de celulares e drogas era quase inglória. Com mais sorte do que juízo, mal conseguíamos dar conta de manter as detentas dentro das suas galerias e evitar situações mais sérias de conflitos. A quantidade de ilícitos encontrados em cada revista era enorme. Muita droga e cada vez mais celulares. O pátio em dias de visita era um tumulto só e não tínhamos como identificar de modo mais eficaz quem eram os visitantes. Sempre com número reduzido de agentes e muitas “redes” de tráfico agindo, não conseguíamos dar conta deste controle. Também contra nosso trabalho de controle de ilícitos tinha, e ainda tem, a localização da Feminina e sua fragilidade de segurança externa. [...]

Outra AP revela que, tendo em vista o número de presas, há um controle mais eficaz. Uma terceira agente lembra que outra razão para a existência de mais drogas e celulares era a maior quantidade de dinheiro circulando na cadeia, devido aos PACs; ela conclui que, sem uma empresa grande oferecendo trabalho para as presas, as mesmas não possuem dinheiro para a compra de drogas e celulares. Uma presa confessa: “Naquela época, existia muita, mas muita droga, porque tinha funcionário que trafica [...] trazia a droga [...] era fácil conseguir.”

Outra presa conta que na vida do crime era “bolea” (motorista de assalto) e “[...] não usava droga [...] fui fumar meu primeiro baseado aqui dentro [...] e minha primeira carreira de pó também”. Uma terceira explica que usa drogas por achar que o tempo passa mais rápido.

Para melhor verificar a realidade da existência de drogas e celulares na PFMP, elaboramos tabela que mostra as quantidades apreendidas na Casa entre 2007 e 2015.

Tabela 1 – Drogas e Celulares apreendidos na PFMP

PFMP	Drogas			Celulares
	Petecas de Maconha	Petecas de Cocaína	Pedras de Crack	
2007	16	20	--	62
2008	28	31	48	73
2009	118	203	142	55
2010	114	184	208	64
2011	218	216	92	88
2012	65	26	35	76
2013	33	153	389	104
2014	43	68	--	108
2015	04	12	--	52
Total	639	913	914	682

Fonte: livros de ocorrência da PFMP. Elaboração dos autores.

No período de 2007 a 2011, quando havia superlotação, foram apreendidos menos celulares e mais drogas do que no período de 2012 a 2015, após o fim da superlotação carcerária. Conforme o relato de apenadas, referente ao citado acordo para impedir a entrada de crack na PFMP, percebemos que houve sensível redução e não apreensão dessa droga, salvo pelo ano de 2013, quando o volume apreendido foi muito superior a qualquer outro tempo.

6. Alimentação, limpeza e trabalho

No período da superlotação, houve três formas diversas de distribuição da alimentação. No mais antigo, as refeições eram realizadas no refeitório, servido pelas apenadas. Essa forma era demorada, devido à quantidade de presas, e gerava conflitos. Conforme relato das apenadas que vivenciaram esse tempo, as discussões e brigas aconteciam em decorrência do fato de que quem não recebia produtos das visitas²¹ ficava no final da fila. Essas presas, chamadas de “caídas”, não contribuía com nada na galeria²².

21 Esses produtos são referidos pelas presas como “sacola”.

22 Relata uma presa: “Eu tinha que ir pro final da fila e ficava só com os grãos do feijão e a rapa das panelas”.

Posteriormente, a distribuição das refeições era feita nas galerias (como acontece no Presídio Central), sendo as porções individuais servidas por duas apenadas²³. Novamente, devido às relações de poder, surgiam brigas por porções maiores ou melhores pedaços de carne. Na visão de uma AP:

Com a PFMP superlotada, as presas iam até o refeitório buscar sua alimentação. Não raro, encontravam suas desafetas pelos corredores e entravam em lutas corporais. Se dispensava um tempo enorme para distribuir a alimentação e a própria refeição quente, muitas vezes era usada para atacar as inimigas e até as agentes. Depois de um tempo, começamos a servir em panelas dentro das galerias. Resolvemos a questão das brigas entre galerias e do tempo, mas outros problemas continuavam: faltava comida para umas, outras se serviam demasiadamente. Havia muita reclamação da qualidade da comida e novamente as agentes eram alvo do desrespeito e da indisciplina, pois muitas jogavam a comida contra as APs diante de qualquer tentativa de impor ordem na distribuição das refeições.

Na terceira forma, elas recebem, nas celas, as refeições em “bandecos” (espécie de viandas plásticas) individuais. As reclamações tornaram-se menos frequentes, há controle da quantidade de bandecos necessários e desapareceu a disputa por porções dos alimentos. São raras as reclamações quanto à qualidade e quantidade. “Nossa dificuldade se centra mais em convencê-las a lavar seus próprios bandecos”, conclui uma AP. As presas cozinham e definem o cardápio semanal, sob supervisão de uma nutricionista.

Segundo Rudnicki e Passos, “[...] a comida na Penitenciária Feminina Madre Pelletier respeita os direitos humanos no tocante à alimentação das mulheres cumprindo pena restritiva de liberdade”.²⁴ Eles percebem a comida da PFMP como nutritiva, de qualidade e equilibrada; apresentam, porém, restrições quanto à diversidade e acrescentam existir reclamações devido ao fato de ela ser servida fria. Eles afirmam que essas reclamações representam “consequência aceitável da privação de liberdade” e que a alimentação na PFMP respeita o princípio da dignidade da pessoa humana.

Em relação à limpeza da “Casa da Barbie”, devemos destacar que as unidades prisionais femininas gaúchas se encontram mais limpas e melhor

23 RUDNICKI, 2011.

24 RUDNICKI e PASSOS, 2012, p. 120.

organizadas do que as masculinas. Uma AP revela que a questão da limpeza não sofreu mudanças com o tempo, tampouco foi influenciada pelo fator superlotação. “Mesmo com número elevado de presas, elas mantinham o ambiente limpo”. Todavia, uma presa discorda: “Quando havia a superlotação, a cadeia andava mais limpa e cheirosa.”. A explicação se encontra na fala de outra presa, que revela uma antiga líder da galeria pagar com “pedra” para que uma presa mantivesse os banheiros e corredores limpos.

Uma terceira presa lembra que antes quase não existia material de limpeza. “Depois foi melhor, mas agora tenho que pedir todos os dias, quase não tem”. Uma AP confirma: “Não temos material de limpeza”. Além disso, como atualmente não há liderança e tampouco esse tipo de “moeda de troca”, os banheiros e corredores estão mais sujos. Há mesmo relatos de apenas contanto que as “ligadas” à faxina, para fazerem seu serviço, querem “cobrar” em dinheiro das demais uma taxa extra, o que não é aceito e resulta em falta de asseio.

O acúmulo de roupas e outros objetos é maior em comparação ao período anterior ao ano de 2011. Naquela época, somente permitia-se três mudas de roupa por apenas e potes, por exemplo, eram proibidos. Agora, as celas são organizadas de maneira que “representa uma casa” e, com frequência nelas se encontram peças de artesanato (tapetes, bancos criados com caixas de ovos e embalagens pet, potes decorados).

Uma AP fala, quanto aos pertences: “Percebo que hoje há uma grande quantidade de roupas e produtos, acredito que hoje as presas acumulam mais materiais do que na época da superlotação, o que dificulta na realização de revistas periódicas e a limpeza”. Outra resume:

Quanto à higiene é possível dizer que a concentração de pessoas em pequenos espaços por si só já é insalubre. Na prisão, isso é potencializado pelas faltas que tínhamos de materiais indispensáveis como papel higiênico e sabão, agravado por se tratarem de detentas que, em sua maioria, vem de uma cultura que não pratica higienização e que ficavam limitadas aquele espaço por longos períodos. O acúmulo de roupas sujas e úmidas, o consumo intenso de cigarros, as altas quantidades de lixo produzido contribuíam para um odor característico que ultrapassava as galerias e invadia todas as dependências da PFMP. Trabalhar num local assim era muito desestimulante, e até vergonhoso. Seguidamente, meus filhos reconheciam o “fedor da cadeia”, quando eu chegava em casa. Era um odor que impregnava nas roupas e cabelos. As questões

de higiene também são outras agora. Com menos detentas se consegue manter os espaços mais limpos e mais organizados.

Outra característica da “Casa da Barbie” se refere à grande quantidade de gatos vivendo no local. Sempre existiram gatos, mas, a partir de 2010, eles começaram a ser mais visíveis, saíram da capela e foram para os corredores, decorrência de as APs começarem a dar-lhes comida e água. Se, por um lado, raramente se encontram ratos, por outro se deve ter cuidado para não pisar em suas necessidades fisiológicas. Isto atrapalha mais a preservação de um ambiente salubre do que a superlotação.

Devemos encerrar destacando que, nas duas unidades prisionais femininas, o material de higiene é distribuído em proporções iguais (insuficiente) e possui a mesma qualidade (ruim).

7. Trabalho, educação e assistência

A superlotação na PFMP dificultava a garantia dos direitos das apenadas. A infraestrutura da Madre Pelletier não suportava acomodações adequadas ao efetivo carcerário, à saúde, ao trabalho prisional, à educação. Quando inaugura a PEFMG, a superlotação carcerária na PFMP foi sanada permitindo a implementação de novas políticas na área da saúde, trabalho prisional e educação.

Na época da superlotação carcerária, no período de 2007 a 2011, na PFMP, a quantidade de trabalho era reduzida – havia limitação no que tange ao espaço. Quando acontece a transferência das apenadas para a PEFMG, em 2011, também surge a possibilidade de empresas firmarem Protocolos de Ação Conjunta e se instalarem na PFMP. Assim, em 2012 e 2014, em torno de 80% das apenadas trabalham em PACs ou em ligas laborais, de faxina ou cozinheiras. Porém, em 2014, durante a crise, registramos o encerramento de dois deles e redução do trabalho prisional.

Neste momento, se percebe a insatisfação das presas em decorrência da impossibilidade de receber remição da pena e de se verem privadas também de auxiliar no sustento da família através de seu trabalho. Todavia, qualquer emprego não satisfaz; uma AP destaca: “Na Feminina, sempre teve trabalho e na época da superlotação existia mais PAC, mas era muita presa. Hoje tem pouco PAC, e quando a [empresa] ELO tava aqui muitas não gostavam de trabalhar porque aquilo não era trabalho pra mulher”.

Uma apenada revela que com o trabalho adquire experiência e confessa que antes nunca tinha trabalhado. E ainda há a possibilidade de cursos técnicos: “Fiz vários cursos profissionalizantes, acho que depois que sair posso ter uma profissão, ou ao menos todos esses certificados podem me ajudar a arrumar um emprego”. Conforme a visão de uma agente: “Muitas apenadas ficaram sem trabalho, isso afetou o desenvolvimento das atividades dentro do Presídio, houve maior procura por medicação e maior número de atendimentos psicossocial, muitas optaram por estudar para ganhar remição”.

Porém, uma detenta entende que a escola não informa a presença para garantir a remição e, em decorrência, revela, “Eu não vou pra lá passar frio e não ter remição.”. Essa posição não recebe guarida na realidade, pois a escola remete os dados e, se não o faz, o advogado ou defensor público pode exigir que seja feito. Demonstra, por outro lado, desprezo pelos benefícios que uma educação formal proporciona.

Interessante relatar que, entre os anos de 2006 e 2009, presas e agentes puderam frequentar um curso de graduação (Serviço Social), oferecido pelo Centro Universitário Metodista IPA (Instituto Porto Alegre), dentro da própria prisão. Apesar de relatos informarem seu sucesso, a iniciativa não teve continuidade.²⁵

Em relação à prestação de diversas modalidades de assistência (social, jurídica, religiosa), a visão das servidoras do setor técnico mostra divergências em relação ao período anterior e posterior à superlotação. Há quem afirme que a demanda nos atendimentos não sofreu diferença expressiva, pois o número de profissionais diminuiu conjuntamente ao número de presas, mantendo a proporcionalidade. Uma AP diz:

Não há diferença entre o trabalho e o número de presas, pois os atritos ocorrem por confusão nas atribuições e papel de cada servidor. As dificuldades se dão por falta de ações conjuntas para o atendimento da presa. Falta a interação entre ações e atribuições da segurança, administrativo e técnico.

Outra, porém, entende que existe diferença, afirmando que havia uma demanda muito maior e que ela repercutia na qualidade do trabalho. “Hoje, podemos dar mais atenção a cada caso”. Uma técnica relata que a

25 NONATO e SILVA, 2010.

dificuldade de trabalho sempre foi a estrutura física e as condições de trabalho, e acrescenta:

Na superlotação também não contávamos com uma UBS e a demanda que chegava do setor de saúde entre outras, era maior. Em compensação havia muita opção de trabalho e de estudo. Atualmente, contamos com uma UBS, porém com pouquíssima ocupação de trabalho, e com isso se elevam os conflitos internos nas galerias e aumenta a demanda de atendimentos, por atritos internos.

Na percepção das apenadas, o atendimento psicossocial e jurídico era melhor na época em que havia superlotação. Elas acreditam que agora exista desinteresse por parte de alguns técnicos, repercutindo em atendimentos precários e em número reduzido.

Os recursos escassos podem ser exemplificados na oferta de roupas às apenadas. Muitas não recebem assistência da família e dependem exclusivamente da do Estado. Na PEFG, as apenadas usam uniformes quando em deslocamento na prisão, mas dentro das celas e durante as escoltas podem usar suas próprias roupas. Na Madre, usam sempre roupas próprias. Porém, o Estado não adquire roupa para presos e as duas penitenciárias dependem de doações para fornecê-las. Essas chegam por meio de grupos religiosos.

8. Considerações finais

O estudo da realidade prisional brasileira exige que compreendamos o sistema, e não apenas uma prisão. Todavia, este é empreendimento para anos de dedicação acadêmica. Enquanto buscamos fazê-lo, cumpre conhecer parcelas dessa realidade: prisões de segurança máxima e mínima, penitenciárias estaduais e federais; a comida, a saúde, a assistência no âmbito prisional.

Uma das questões difíceis a ser enfrentadas dentro do âmbito dos estudos prisionais é a superlotação. Quando uma instituição está fora das normas previstas, o acesso fica mais difícil. Este artigo foi capaz de fazê-lo em decorrência do fim da superlotação na “Casa da Barbie”, nos anos de 2011 e 2012. Outra dificuldade a ser superada foi o fato de um dos autores atuar dentro da instituição, o que exigiu a busca de distanciamento e o reconhecimento de que os fatos deveriam ser considerados, e não o desejo institucional ou pessoal.

Assim, concluímos que, no período de superlotação carcerária, os direitos das apenadas foram negligenciados devido à demanda de atribuições e tarefas impostas aos servidores penitenciários. O número de APs da Madre Pelletier era o mesmo para esse período (para uma população de até 544 apenadas) e o atual (população, em média, de 230 apenadas). O número de servidores era, pois, insuficiente para a execução das tarefas e este fato tornava o ambiente de trabalho mais inseguro, tenso e desgastante.

A invisibilidade das apenadas dificultava a observação da prisão e de problemas que aconteciam com elas. Não era possível conhecê-las e, muito menos, coordenar o funcionamento da Casa. A identificação do perfil de cada apenada tornava-se inviável e meios de minimizar o sofrimento devido ao encarceramento não eram considerados. O Estado foi negligente no atendimento das assistências previstas na lei: material de higiene, vestuário, saúde, educação, atendimento jurídico. Com superlotação, tudo era mais difícil.

Mas não apenas isso, a complexidade do sistema prisional refletia nas relações interpessoais. Na época da superlotação, na PFMP, as relações interpessoais entre presas aconteciam com mais violência, provocadas pelo uso de drogas e lideranças nas galerias que impunham suas regras. A relação entre apenadas e APs era tensa e angustiante, devido à maior insegurança e à grande demanda de trabalho para um número insuficiente de servidores penitenciários. A nova situação favorece alterações, embora, por óbvio, relações de poder continuem pautando o contato entre os grupos.

Assim, as relações entre apenadas e entre estas e agentes penitenciários nos mostram a complexidade e dinamicidade do sistema penitenciário. Por evidente, o sistema prisional continua a violar os direitos humanos das presas que nele ingressam, condenadas a cumprir pena restritiva de liberdade. Mas hoje, na Madre, mais direitos são respeitados do que antes, quando da superlotação.

Referências

- AYMARD, Nadia; LHUILIER, Dominique. *L'Univers Pénitenciaire: du côté des surveillants de prison*. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.
- BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

- BORSA, Juliane Callegaro; NUNES, Maria Lucia Tiellet. Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 29, n. 64, pp. 31-39, jan./mar. 2011.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Relatório Final da CPI destinada a investigar a situação do sistema carcerário brasileiro*. 2008. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias53/cpi/cpis-encerradas/cpicarce>. Acesso em 09 fev. 2008.
- CLEMMER, Donald. *The Prison Community*. New York: Holt, Rinehartand Winston, 1966.
- COYLE, Andrew. *Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos*. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.
- CÚNICO, Sabrina Daiana. *Paternidades encarceradas: uma análise de gênero sobre os significados do ser pai em uma instituição prisional*. Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Doutorado da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, maio. 2015.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor M. *Memórias da Casa dos Mortos*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- FEAUX, Valmy. La culture em milieu carceral – introduction. Actes de colloque organisé à Nivelles. *Revue de Droit Penal et Criminologie*, Bruxelas, pp. 673-676, jul. 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Perda da liberdade – os direitos dos presos. *VIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil*, 8, 1980, Manaus. Anais...Manaus: OAB, 1980. pp. 759-88.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- NONATO Eunice Maria Nazarethe; SILVA Clemildo Anacleto da. Educação superior no contexto do cárcere: um relato de experiência sobre a inclusão no ensino superior de mulheres apenadas. *Revista de Educação do Cogeime*, n. 36, jan./jun., pp. 65-81, 2010.
- NUNES, Cintia Varone (org.). *Vozes de um Tempo*. Companhia Rio-grandense de Artes Gráfica (CORAG), Porto Alegre, 2012.
- PIMENTEL, Manuel Pedro. Sistemas penitenciários. In: *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 639, jan., pp. 265-74, 1989.

- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. *Processo 01921 – 08.04 CODEC/90-5*. Requerente: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Localidade: Porto Alegre. Assunto: Tombamento Capela Bom Pastor. s.d.
- RUDNICKI, Dani; PASSOS, Gabriel Borrea dos. A Alimentação das Presas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. *Revista Tempo da Ciência*, vol. 13, n. 37, pp. 107-123, 2012.
- _____. Três dias no Presídio Central de Porto Alegre: O cotidiano dos policiais militares. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 193, jan/mar. 2012.
- _____. Comida e Direitos Humanos no Presídio Central de Porto Alegre. *Revista Direito GV*. São Paulo, v. 7, pp. 515-538, 2011.
- _____; SOUZA, Monica. F. Em busca de uma política pública para os presídios brasileiros: as CPIs do sistema penitenciário de 1976 e 1993. *Revista de Informação Legislativa*, v. 186, pp. 107-115, 2010.
- RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SIKES, Gresham M. *The Society of Captives: a study of a Maximum Security Prison*. Nova York: Princeton University Press, 2007.
- SILVA, Vinicius Marcelo. *A Criação da Superintendência dos Serviços Penitenciários e a Aplicação da Política de Reinserção Social na Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre*. Monografia em História. Faculdade Porto-Alegretense. Porto Alegre. 2013.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Microfísica da violência, uma questão social mundial. *Ciência e Cultura*. São Paulo, ano 54, n. 1, pp. 22-24, jul. 2002.
- THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. 4.ª ed.. Rio: Forense, 1993.

Recebido em 20 de março de 2015

Aprovado em 11 de agosto de 2016